

A baixa escolaridade em Portugal é uma das causas estruturais da crise

È extremamente preocupante que no discurso político, mesmo em período eleitoral, o problema da educação, que é uma das causas estruturais da grave crise que o nosso País enfrenta, esteja ausente.

E isto porque não é possível alcançar taxas de crescimento económico elevadas e duradouras, nem passar de um modelo de crescimento assente em baixos salários e em trabalho pouco qualificado para um modelo de crescimento baseado em trabalho qualificado e com salários elevados sem aumentar o nível geral de escolaridade tanto de trabalhadores como das entidades patronais.

Entre 1991 e 2002, portanto em 11 anos, ou seja, com os governos do PSD, do PS e do PSD/PP a população potencialmente activa, ou seja, com idade entre os 25 e 64 anos, com o ensino básico diminuiu apenas 6 pontos percentuais, o que correspondeu a metade da diminuição verificada na média dos países da OCDE que se reduziu, no mesmo período, em 12 pontos percentuais. Como consequência, em 2002, 80% da população activa ou potencialmente activa portuguesa possuía apenas o ensino básico ou menos, quando a média dos países da OCDE, no mesmo ano, era somente de 33% (quadro I).

Situação grave verifica-se também em relação quer ao ensino secundário quer ao ensino superior. Em 2002, a percentagem da população portuguesa habilitada com o ensino secundário era apenas de 11% quando a média dos países da OCDE atingia 44%, ou seja, quatro vezes mais; e a população habilitada com o ensino superior era em Portugal apenas de 9%, enquanto a média nos países da OCDE atingia 23%, i.é., 2,5 vezes mais (quadro I).

E ainda mais grave era o facto do ritmo de aumento da percentagem de população com estes dois níveis de escolaridade, fundamentais para o rápido desenvolvimento do nosso País, ser em Portugal muito inferior ao crescimento médio nos países da OCDE, o que agrava o nosso atraso. Entre 1991 e 2002, a percentagem de população com o secundário cresceu apenas 3 pontos percentuais em Portugal, enquanto a média dos países da OCDE aumentou 7 pontos percentuais, ou seja, 2,3 vezes mais; e a percentagem da população com o ensino superior cresceu em Portugal apenas 2 pontos percentuais, enquanto a média dos países da OCDE aumentou 5 pontos percentuais, ou seja, 2,5 vezes mais (quadro I).

O abandono escolar em Portugal perpetua a baixa escolaridade

Para além disso, verifica-se em Portugal uma perpetuação da baixa escolaridade entre a população mais jovem provocada pelo elevado abandono escolar (45% da população até aos 24 anos, quando a média na UE25 é inferior a 18%). Assim, em 2002, 65% da população portuguesa com idade compreendida entre os 24 e 35 anos, portanto que fez a sua escolaridade depois do 25 de Abril, tinha apenas o ensino básico ou menos, quando a média dos países da OCDE era de 22%, ou seja, cerca de um terço (quadro II).

Estudos da OCDE mostram que o rendimento individual depende do investimento feito na educação inicial. Em Portugal, um indivíduo com o ensino secundário completo ganha, em média, mais 60% do que um indivíduo que o não possua, e um indivíduo com o ensino superior ganha em média mais 190% do que um indivíduo que não possua o ensino secundário completo. Diferenças importantes também se verificam em todos os países estudados pela OCDE, embora menos significativas (quadro III)

Estudos da OCDE mostram que um trabalhador com o ensino secundário completo produz em média entre 39,8% e 46,9% mais do que um trabalhador com o ensino básico; e um trabalhador com o ensino superior produz em média entre 114,5% e 145,7% mais do que um trabalhador com o ensino básico (quadro V). Afirmar que é possível através de choques, sejam eles ?fiscais?, tecnológicos? ou de ?gestão? aumentar a produtividade de uma forma sustentada e generalizada em Portugal, sem aumentar o nível de escolaridade da população, é enganar-se e enganar os portugueses.

Mantém-se baixíssimo o nível de escolaridade em Portugal

A principal fonte de criação de riqueza de um país são as pessoas, e nomeadamente os seus conhecimentos e qualificações. O nível de escolaridade de uma população é precisamente a infra-estrutura básica que permite, facilitando ou dificultado, a aquisição permanente de novos conhecimentos e competências tão necessária no mundo actual. E isto porque os conhecimentos estão em rápida mudança, e necessitam de serem continuamente actualizados. O baixo nível de escolaridade constitui, por isso, um sério obstáculo a essa actualização permanente tão necessária.

O quadro que se apresenta seguidamente, construído com base em dados divulgados recentemente pela OCDE, mostra como Portugal se atrasou nos últimos 11 anos

QUADRO I- ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO COM IDADE ENTRE 25 E 64 ANOS

PAÍSES	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO IDADE 25-64 ANOS COM												Ensino Básico Diminuição pontos percentuais 1991-2002
	Ensino Básico				Ensino Secundário				Ensino superior				
	PSD		PS	PSD/PP	PSD		PS	PSD/PP	PSD		PS	PSD/PP	
	1991	1995	2001	2002	1991	1995	2001	2002	1991	1995	2001	2002	
Média OCDE	45%	40%	34%	33%	37%	41%	44%	44%	18%	19%	22%	23%	-12 pp
PORTUGAL	86%	80%	80%	80%	8%	9%	11%	11%	7%	11%	9%	9%	-6 pp
Itália	72%	65%	55%	54%	22%	27%	35%	36%	6%	8%	10%	10%	-18 pp
Grécia		57%	49%	47%		25%	34%	34%		17%	18%	18%	
Espanha	78%	72%	60%	58%	12%	12%	17%	17%	10%	16%	24%	24%	-20 pp
Irlanda	60%	53%	41%	40%	24%	27%	35%	35%	16%	20%	24%	25%	-20 pp
França	49%	43%	36%	35%	36%	38%	41%	41%	15%	19%	23%	24%	-14 pp
Alemanha	18%	16%	17%	17%	60%	61%	59%	60%	22%	23%	23%	23%	-1 pp
Suécia	31%	25%	19%	18%	44%	46%	49%	49%	25%	28%	32%	33%	-13 pp
Inglaterra	35%	23%	17%	16%	49%	55%	57%	57%	16%	22%	26%	27%	-19 pp

FONTE: Regard sur l' education - Les Indicateurs de L'OCDE ? 2004

De acordo com dados do quadro, que foram divulgados pela OCDE, entre 1991 e 2002, a população portuguesa potencialmente activa (idade entre os 25 e 64 anos) com o ensino básico ou menos diminuiu apenas 6 pontos percentuais (6 pp), enquanto a redução na média dos países da OCDE atingiu 12 pontos percentuais (12 pp), ou seja, o dobro do verificado em Portugal.

Esta situação é ainda mais grave, se tivermos presente, como mostram também os dados do quadro anterior, que no ponto de partida considerado ? ano de 1991 ? Portugal encontrava-se já numa posição muito mais desfavorável que a média dos países da OCDE.

Em 1991, 86% da população portuguesa tinha apenas o ensino básico ou menos, enquanto a média nos países da OCDE era de 45%. Em 2002, a média da OCDE tinha baixado para 33%, enquanto em Portugal a população com o ensino básico ou menos era ainda 80% da população total com idade entre os 25 e 64 anos.

Em relação á população com o ensino secundário a situação em 2002 era também preocupante, pois apenas 11% da população portuguesa, com idade compreendida entre os 25 e 64 anos, possuía esse nível de escolaridade, enquanto a média dos países da OCDE atingia 44%, ou seja, quatro vezes mais. E como se sabe, a população com o ensino secundário é fundamental para o rápido crescimento económico de um País, já que ela é a principal fonte de quadros médios.

Finalmente, a percentagem da população com o ensino superior aumentou, entre 1991 e 2002, portanto, em 11 anos apenas 2 pontos percentuais, pois passou de 7% para 9%. E este fraco crescimento ainda se torna mais claro quando se compara com a evolução verificada na média dos países da OCDE. Esta média aumentou, no mesmo período, 5 pontos percentuais nos países da OCDE atingindo a população com o ensino superior em média, no ano 2002, 23%, ou seja, cerca de 2,6 vezes superior á percentagem portuguesa.

Igualmente grave é a natureza dos conhecimentos da população com o ensino superior. De 1991 a 2002, saíram das universidades portuguesas 429.638 licenciados. No entanto, apenas 35.806, ou seja, 8,2% foram da ?área das Tecnologias?. Nas Ciências da Educação o crescimento foi mais do dobro, pois o número de licenciadas que saíram das universidades portuguesas atingiu 73.948, o que corresponde a 17,2% de todos os licenciados deste período. E muitos deles ou foram para o desemprego ou tiveram de exercer outras profissões pois não existem no ensino número suficiente de lugares para eles.

A perpetuação da baixa escolaridade nas idades mais jovens

Um outro aspecto grave é a elevada percentagem de população com idade compreendida entre os 25 e 34 anos, portanto, que fez a sua escolaridade depois do 25 de Abril, que possuem apenas o ensino básico ou menos. O quadro seguinte mostra a evolução verificada.

QUADRO II ? ESCOLARIDADE DE POPULAÇÃO COM IDADE ENTRE 25 E 34 ANOS

PAÍSES	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO IDADE 25-34 ANOS COM												Ensino Básico Diminuição pontos percentuais 1991-2002
	Ensino Básico				Ensino Secundário				Ensino superior				
	PSD		PS	PSD/PP	PSD		PS	PSD/PP	PSD		PS	PSD/PP	
	1991	1995	2001	2002	1991	1995	2001	2002	1991	1995	2001	2002	
Media OCDE	33%	29%	23%	22%	46%	49%	49%	49%	20%	25%	27%	28%	-11 pp
PORTUGAL	79%	69%	67%	65%	12%	17%	19%	20%	9%	14%	14%	15%	-14 pp

Itália	57%	51%	40%	38%	36%	41%	48%	49%	7%	8%	12%	12%	-19 pp
Grécia		36%	27%	26%		38%	49%	50%		26%	24%	24%	
Espanha	60%	53%	42%	41%	24%	21%	22%	22%	16%	27%	36%	37%	-19 pp
Irlanda	46%	36%	24%	23%	35%	37%	42%	41%	27%	29%	33%	36%	-23 pp
França	34%	29%	22%	21%	46%	46%	44%	43%	25%	30%	34%	36%	-13 pp
Alemanha	11%	12%	15%	15%	68%	68%	64%	63%	21%	21%	22%	22%	4 pp
Inglaterra	21%	14%	10%	10%	61%	63%	61%	59%	19%	23%	29%	31%	-11 pp
Suécia	16%	12%	9%	9%	57%	59%	54%	52%	27%	29%	37%	39%	-7 pp

FONTE: Regard sur l' education - Les Indicateurs de L'OCDE ? 2004

Embora a população só com o ensino básico ou menos com idade compreendida entre os 25 e 34 anos tenha diminuído em Portugal, entre 1991 e 2002, em 14 pontos percentuais, mesmo assim no ano 2002 ela ainda representava 65% da população total com esta idade (a média nos países das OCDE é apenas 22%, o que corresponde a um terço do verificado em Portugal).

É evidente que se verifica em Portugal uma perpetuação da baixa escolaridade certamente causada pelo elevado abandono escolar prematuro que atinge, em Portugal, 45,5% da população com idade até ao 24 anos, quando a média na União Europeia ronda os 18,8%, sendo inferior nos países que aderiram a ela em Maio de 2004.

A influência do nível de escolaridade no rendimento individual

A OCDE utiliza uma taxa, a que chama Taxa de Rendimento Interna Privada do Investimento na Educação (TRPIE), para medir a influência do nível de escolaridade nos rendimentos auferidos por cada indivíduo. Segundo a OCDE, esta taxa mede o benefício do custo do investimento inicial feito na educação, e é calculada tendo em conta a duração da vida dos indivíduos que atingem diferentes níveis de formação durante a sua adolescência e o início da sua vida adulta? (pág. 179 e 180, Regards sur l'Education, OCDE2004).

O quadro que se apresenta seguidamente, contém os resultados dos estudos feitos neste campo pela OCDE em diferentes países.

QUADRO III ? Rendimento médios dos indivíduos com idade entre 25 e 64 anos de diferentes níveis de escolaridade em diferentes países da União Europeia (Secundário Completo = 100)

PAISES	ANO a que se referem	Inferior ao 2º ciclo secundário	Ensino Secundário Completo	Ensino Superior	Nº vezes que rendimento de Indivíduo com ensino secundário é maior que rendimento de Indivíduo com ensino inferior ao secundário (?B? em relação a ?A?)	Nº vezes que rendimento de Indivíduo com ensino superior é maior que rendimento de Indivíduo com ensino inferior ao secundário (?C? em relação a ?A?)
			BASE =100			
	Dados	(A)	(B)	(C)		
Portugal	1999	62	100	178	1,6	2,9
Espanha	2001	78	100	129	1,3	1,7
Itália	2000	78	100	138	1,3	1,8
Irlanda	2000	87	100	149	1,1	1,7
Bélgica	2002	91	100	132	1,1	1,5
França	2002	84	100	150	1,2	1,8
Alemanha	2002	78	100	146	1,3	1,9
Suécia	2001	89	100	135	1,1	1,5
Inglaterra	2001	67	100	159	1,5	2,4
Suiça	2003	76	100	158	1,3	2,1

FONTE: OCDE - Regards sur l'education - 2004

Os dados do quadro mostram que, em Portugal, um indivíduo com o ensino secundário completo ganha, em média, 60% mais do que um indivíduo que não possua este nível de escolaridade; e que um indivíduo com o ensino superior ganha, em média, mais 190% do que um indivíduo que não tenha o ensino secundário.

Nos restantes países constantes do quadro, embora as diferenças não sejam tão grandes, elas também são significativas. Por exemplo, na Irlanda um indivíduo com o ensino secundário completo ganha, em média, apenas mais 10% do que um indivíduo que o não tenha; e um indivíduo que possua o ensino superior ganha, em média, mais 70% do que um indivíduo que não possua o secundário completo. Na Inglaterra, as diferenças já são maiores,

pois atingem respectivamente, 50% e 140%.

O que é claro nos resultados dos estudos realizados pela OCDE é que se verifica em todos os países uma correlação positiva entre nível de escolaridade e rendimento auferido por cada indivíduo, ou seja, quanto mais elevado é o nível de escolaridade maior é o rendimento auferido por cada indivíduo.

O inquérito realizado pelo INE em 2000 às receitas das famílias portuguesas confirma essa forte correlação que existe entre nível de escolaridade e nível de rendimento individual, como mostram os dados do quadro seguinte.

QUADRO IV- Receitas médias líquidas anuais do agregado familiar segundo o nível de instrução do representante do agregado ? Em euros

Designação	Nenhum	Básico até 1º ciclo	Básico 2º e 3º ciclos	Secundário	Superior	Superior/Nenhum	Superior/3º ciclo
TOTAL	8.181	14.058	19.143	26.057	42.579	5,2	2,4
Receita TCO	2.476	6.437	10.642	14.688	26.356	10,6	2,5

Fonte: Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 - INE

Assim, tomado como base a receita total do agregado familiar, um agregado cujo representante possua o nível de instrução superior tem em média uma receita 5,2 vezes superior à receita de um agregado cujo representante não tenha qualquer nível de instrução, e 2,4 vezes superior à receita média de um agregado familiar cujo representante possua o 2º ou 3º ciclo básico.

Mas se a análise for feita tomando apenas como base de comparação a receita do agregado que tem como origem o Trabalho por Conta de Outrem (TCO) a disparidade ainda é maior. Nesse caso, a receita do agregado familiar cujo representante tem o nível de instrução superior é 10,6 vezes superior à do agregado cujo representante não tem ?nenhum nível de instrução? , e 2,5 vezes superior à do agregado cujo representante tem o ensino ?o 2º ou 3º ciclo Básico?.

Os dados dos quadros anteriores mostram que, em termos individuais, o retorno obtido pelos indivíduos resultante do investimento na sua educação escolar inicial é mais que proporcional.

A influência do nível de escolaridade individual no crescimento económico de um país

A OCDE utiliza uma outra taxa, a que chama Taxa de Rendimento Interna Social de Investimento na Educação (TRISIE) para medir o benefício para o país (aumento da produção) do investimento que realiza na educação. Assim, de acordo com estudos feitos pelas OCDE, ?nos países da OCDE, o efeito a longo prazo de um ano de estudos suplementar sobre a produção é estimada entre 3 a 6%? (pág. 196, Regards sur l'Education OCDE 2004); portanto, por cada ano de escolaridade a mais corresponde, em média, nos países da OCDE um aumento de produção por indivíduo que se calcula entre 3% e 6%.

O quadro seguinte mostra o aumento da produtividade que se obteria com um aumento do nível geral da escolaridade da maioria da população portuguesa, em que actualmente cerca de 80% possui apenas o ensino básico ou menos como se mostrou anteriormente.

QUADRO V ? Aumento da produtividade determinado pelo aumento da escolaridade segundo a OCDE

NIVEL DE ENSINO	Nº mínimo de anos necessários para obter nível de ensino	Acréscimo de produtividade determinado pelo aumento da escolaridade segundo a OCDE	
		Escolaridade	Escolaridade
		3 % por cada ano	6 % por cada ano
Básico completo	9	+ 30,4%	+ 68,9%
Secundário	12	+ 42,5%	+ 101,2%
Superior	17	+ 65,2%	+ 169,3%
SECUNDÁRIO / BÁSICO		+ 39,8%	+ 46,9%
SUPERIOR / BÁSICO		+ 114,5%	+ 145,7%

Como mostram os dados do quadro anterior, que foram calculados a partir dos dados obtidos pela OCDE nos estudos que realizou em vários países que referimos anteriormente, um trabalhador com o ensino secundário completo produz entre 39,8% e 46,9% mais do que um trabalhador apenas com o ensino básico; e um trabalhador com o ensino superior produz em média entre 114,5% e 145,7% mais do que um trabalhador apenas com o ensino básico.

Estes estudos, baseados na informação oficial e na investigação promovida pela OCDE, mostram à sociedade que se quisermos aumentar a produtividade em Portugal, de uma forma sustentada, é necessário aumentar o nível de

escolaridade geral da população portuguesa (trabalhadores mas também patrões).

Pensar que o aumento da produtividade em Portugal se alcança, de forma sustentada, através de choques, sejam eles «fiscais», «tecnológicos», ou de «gestão», sem aumentar drasticamente o nível de escolaridade dos portugueses, é tomar o desejo pela realidade, é enganar-se e enganar os portugueses.